

## Referências

- Chiziane, Paulina (2008). “O alegre canto da perdiz”. Maputo: Ndjira - Coleção Ondas do Índico.
- Kohan, Oma (2015). “O mestre inventor. Relatos de um viajante educador. Belo Horizonte: Autêntica Editora. Tradução de Hélia Freitas.
- Rolnik, Suelly (2020). “Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não chulada”. Lisboa: Teatro Praga/Sistema Solar.

## CATARINA S. MARTINS CONVERSA COM JOSÉ CARLOS DE PAIVA

Professor, educador, investigador, artista, branco, homem, europeu, português. Entre muitas outras coisas, também um ser incompleto. Costuma apresentar-se como um corpo cansado e velho em todo o seu direito de o ser, e pede a quem o ouve que construa a sua posição crítica e não se deixe emaranhar nas narrativas que traz. José Paiva é uma figura incontornável do ‘movimento intercultural IDENTIDADES’ e das ações que o Identidades tem desenvolvido em Portugal, Brasil, Cabo Verde e Moçambique. Nos textos deste livro, a referência a si vai ser uma constante. Cada um terá em suas memórias um José Paiva diferente, mas essas memórias serão sempre entrelaçadas por lutas políticas vibrantes mesmo nos detalhes mais simples, e de um corpo afectuoso que se entrega na construção de um amanhã mais justo.

A sua vida tem sido vivida numa ligação intensa com a política e com aquilo que nas conversas e debates vai definindo como sendo ‘o político’. Parte dessa vida foi ainda num Portugal ditatorial, tendo inclusivamente estado na Guiné Bissau no período pré 25 de Abril. Mais tarde, já na década de oitenta, a convite da Unesco, passou, com Elvira Leite, por Cabo Verde, onde colaboraram na estruturação curricular na área da educação artística. Estes aspectos avulsos da sua história ligam-se também ao Identidades e às geografias que este movimento tem habitado.

O propósito da nossa conversa, após um almoço de final de Julho, não teve como finalidade falar sobre a sua história de vida, mas esta foi surgindo inevitavelmente nos seus cruzamentos com a história do Identidades. Diz que “*o que eu sou hoje é uma construção de um conjunto de tentativas [...] deambulei por territórios diversos.*”

A unir esses territórios esteve sempre “*uma consciência política de que este tempo em que nós vivemos é um tempo de fracassos acumulados e de uma irracionalidade que a gestão gananciosa, o capitalismo global foi criando e que me incomodava, não a ponto de me levar para um outro lugar que não havia, mas de ter sempre uma inscrição numa perturbação deste tempo, portanto, a que chamo ‘o político.’*”

Essas geografias, diz-nos também, são o resultado de derivas e de relações que se foram estabelecendo. Por exemplo, o trabalho em “*África resulta das derivas, não resulta de uma vontade de ir conhecer África. Resulta das derivas ocasionais, das relações que se estabelecem [...] onde eu de algum modo fui entendendo que a extensão deste relacionamento beneficiava toda esta inscrição no político, toda esta consciência do mundo onde nós vivemos, onde, de facto, este Sul é um Sul que nunca ganhou a sua própria voz e que integra o comum.*”

A conversa não pode deixar de ser difícil. O político é essa zona conflituante e tensional de lutas, em que não se pode esquecer quem ocupa os diferentes lugares nessas lutas, que poderes e representações são colocadas em jogo. O exercício de uma reflexão crítica de si e do mundo, que não pretenda ser celebratória, mas antes de resistência contra formas de poder fascistas, discriminatórias e racistas, e com uma consciência dos diversos lugares e privilégios que habita, coloca-se permanentemente. A grande força das suas ações estará sempre nessa tentativa, que diz fracassada, de lutar contra as hegemonias do poder dominante. Para isso, a inscrição no político foi sempre vista como uma inscrição colectiva.

O que significa essa inscrição colectiva? *“Entende-se que a transformação do mundo, que é complexa e utópica, ela só pode ser o resultado de muitas vontades que se juntem nas singularidades que elas possam ter.”*

O Identidades, movimento que celebra agora 25 anos, surge, portanto, na confluência de diferentes dinâmicas. Partindo de uma escola de arte europeia, definiu-se, nos finais dos anos noventa, e como refere Fernando José Pereira, no plural. A ideia de um *“movimento da própria construção identitária e da pluralidade, e do relacionamento que isto, essa construção identitária de cada um, dos coletivos, é feita por multiplicidades no seio de cada um. Afirma recorrentemente que nós somos múltiplos, não somos umos. Portanto isso foi uma consciência que foi sendo construída e alimentada por essa prática e esse envolvimento.”*

Questão interessante e à qual se poderia juntar a do que significa, efectivamente, a dimensão intercultural, hoje parte das discussões no campo do pós-colonial, na designação do movimento.

Embora vinculado a uma escola de ensino artístico, a Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, o Identidades sempre ocupou nela um lugar marginal. Paiva começa a resposta sobre o papel do Identidades nesta escola, lembrando Inês, cuja presença no Identidades é ainda recente e que viu ali alguma coisa que a escola nunca lhe deu. *“Ou seja, sendo o Identidades um movimento que funciona na escola, ele não funciona numa marginalidade, se quisermos assim, não é uma alternativa, não é outra forma de ser Escola, não é uma extensão da escola. Ela é uma outra possibilidade de ocupar um terreno não académico, o que de algum modo permite um relacionamento de construção dos sujeitos a partir de si, nesta experiência do relacionamento partilhado com outros e com o desconhecido. E, portanto, o Identidades, sendo um colectivo que tem uma ligação à faculdade, também lhe é externo. É uma composição autónoma, e que é, de algum modo, desobediente a todos os procedimentos, do ponto de vista de não ter regulamentos, não ter programas, funcionar como calha, quando calha, etc. Mesmo do ponto de vista financeiro teve sempre autonomia, que é um dos grandes pilares da possibilidade de ter essa autonomia”.*

Importante referir que no passado do Identidades esteve a Gesto - Cooperativa Cultural, sediada na cidade do Porto.

*“E há uma coisa muito interessante na génese da Gesto, que é quem construiu a Gesto, quem fazia parte da direcção, quem fazia parte da militância da acção da Gesto não eram artistas. A Gesto era uma cooperativa cultural que tinha na direcção um empregado bancário, um professor, tinha um artista, tinha uma pessoa que era empregada de escritório, contabilista, ou seja, foi formada por um conjunto de pessoas que assumiu uma responsabilidade no campo da cultura, de fazer uma intervenção cívica e política. E a compreensão que a Gesto criou, que veio no fundo a deixar sedimentar, é a consciência de que a cultura e o político são um mundo interrelacional entre as diferenças, entre as singularidades”.*

Talvez seja nesta última frase que se vislumbra um entendimento do que significa a dimensão intercultural para o movimento Identidades. Na sua história, também ligada à ACERT – Associação Cultural e Recreativa de Tondela, estiveram ações de intercâmbio cultural com o Brasil e Moçambique. Existiu sempre este espaço de atravessamentos e de trocas, hoje certamente mais atento aos poderes aí actuados e aos diversos significados, ambiguidades e contradições que também os tecem.

O trânsito entre o artístico, o educativo, o social, o cultural foi sempre marcado por essa tensão do político e daí, talvez, a permanência quase militante de José Paiva no território alargado do educativo visto como o lugar por excelência de acção do político. Para Paiva, ser professor *“é ter uma relação educativa com um grupo de jovens ou de adultos ou crianças que seja promotora de um envolvimento a partir de si, numa inscrição de responsabilidade política e numa relação de parceria com os outros. Portanto, toda a minha acção educativa desde as coisas mais elementares no ensino preparatório, se quisermos assim, foi sempre de criar envolvimento, de as pessoas perceberem, crianças e jovens perceberem, que sozinhos estão sempre no mundo do insucesso. Não falo de sucesso profissional, sucesso nesta inscrição do cidadão na sua responsabilidade cívica e política”.*

A pergunta que lhe fiz não poderia deixar de ser sobre o que significa, para um grupo de estudantes, de professores, de artistas, portugueses, europeus, brancos, partir para outras geografias profundamente ligadas a Portugal por um passado de colonização: como é que se colocam face aos privilégios que transportam quando se deslocam, mas também o que é que esse deslocamento

deixa perceber relativamente às fragilidades que também os constituem? No meu embaraço na questão não deixava de pensar na ideia de viagem e de exotização que tantas vezes marca o fascínio pelo ‘Outro’. Paiva responde ciente das contradições e das fragilidades que essa viagem comporta e assinala, sobretudo, a dimensão da escuta: *“A Flávia, no texto que escreveu para o livro, tem um conceito muito interessante que resulta de uma atitude que nós construímos quase como se fossem as palavras de ordem do movimento Identidades, que é a escuta. O Identidades é um movimento de escuta. Mas ela coloca isto num contexto muito interessante, não é a escuta do ‘Outro’, é a escuta de nós próprios nessa relação com o ‘Outro’. Ou seja, é nós entendermos que o que nós transportamos é um conjunto de fragilidades e de fracassos que são acumulados em nós, de algum modo da fragilidade da nossa acção interventiva, da ineficácia da nossa acção interventiva onde quer que seja. Portanto, essas fragilidades do que nós somos são transportadas, não para se apresentarem como o seu sucesso e a sua autoridade e o discurso que as suas vidas foram construindo, mas fragilizando-se através da escuta do próprio ao escutar o ‘Outro’. Não é? E é interessante como o movimento Identidades criou relacionamentos longos, lentos e duradouros. Os nossos parceiros confrontam-nos regularmente com essa qualidade que nós transportamos. A Cida disse-me a mim directamente em Conceição das Crioulas, — o que é que tu homem branco, colonizador, escravizaste e deste cabo do Brasil, vens aqui fazer, tu? — Ela colocou isto directamente. E esta consciência também dos nossos parceiros de quem nós somos permite-nos agir neste território da escuta na construção de uma cumplicidade, da cumplicidade possível entre diferenças, não é? Entre estas distinções. Agora, cada um de nós tira muito disto, porque o Identidades não tem uma síntese programática, uma síntese de interpretação do mundo. O que ele permite é cada um tirar para si uma consciência do que este relacionamento vai provocando. E é muito engraçado que o Identidades tem esta abertura que é, centenas de pessoas passaram no Identidades, que estão em sítios diversos e com práticas de vida diversas e inscrições diversas, retiraram, porque cada um retirou para si, uma parte da experiência que colheu neste movimento. O Identidades, de facto, é um movimento que não tem*

*fim. Não é fim, ou seja, não tem finalidade. É, de facto, um movimento lento, de tempo, sem destino”.*

Desde 1996 até hoje, houve diferentes tempos no interior do Identidades e, nos últimos anos, a ligação com a investigação e com a área da educação artística marca uma presença forte. Hoje, não se trata apenas do educativo e do artístico, mas a palavra investigação, a consolidação de um pensamento crítico, a presença do grupo em conferências, a organização de encontros que envolvem centros de investigação, universidades e comunidades, as publicações, são parte das suas ações. Quem houve falar os elementos do grupo apercebe-se da repetição da ideia de ação-investigação. Os elementos com mais anos de permanência falam recorrentemente numa metodologia dos três ‘C’s’, conhecimento, confiança e cumplicidade. Qual é, afinal, esta relação com a investigação? E como é que estas diferentes ações que vão acontecendo no Identidades, permitem repensar, ou antes desfazer aquilo que a investigação é, ou, pelo menos, que nos fazem crer ser nas Universidades Europeias e em Portugal.

A aproximação à investigação parece acontecer, também ela como uma consequência do desenvolvimento de derivas no interior do Identidades, com a permanência e a chegada de pessoas cujas vidas também passam pela investigação. O ID\_cai, IDENTIDADES\_colectivo de ação e investigação, é um território onde saberes ainda marginalizados na academia *“podem ganhar relevância e importante reconhecimento e onde a própria investigação possa beber nessas fontes e possa construir a partir daí um entendimento do mundo não subjugado ao tal hegemónico, que no fundo são as grandes linhas e grandes balizas que avaliam a investigação, que normalizam a investigação, que a aprisionam”.*

Um dos aspectos mais interessantes será mesmo a diversidade de pessoas que vão fazendo este colectivo, *“pessoas que nem são investigadoras e que se misturam todas neste colectivo onde não há categorias”.* No seu entendimento, *“isto tem permitido aspectos muito interessantes, como por exemplo, vir a gerar a visibilidade de vozes que o sistema político calou durante muito tempo e trazer à tona essas vozes e esses conhecimentos e apreciá-los e escutá-los numa outra atenção que é um pouco o que de algum modo o ID\_cai tenta provocar. Tenta provocar em cada um dos investigadores, porque o ID\_cai também não é programático, é um espaço aberto de procura permanente”.*

Esse espaço de procura e de experimentação na investigação continua, contudo, a partir do artístico e do educativo. Mas trata-se, na voz de Paiva, de um entendimento particular de cada um desses territórios. No seu texto, Leão Lopes refere a relação entre os dois mundos como a interseção entre o pensar e o agir na arte e o espaço de experimentação da educação. À partida, perguntaríamos, afinal, de que experimentação é possível falar na educação, onde cada vez mais as linguagens neoliberais de financiamento e os rankings respondem a lógicas criadas de consumo. Mas, igualmente, de que pensar e agir artístico se trata, quando também a arte tem em si inscritas histórias de violência e de colonização. Paiva refere que a arte *“é um dos grandes instrumentos colonizadores da sociedade em que nós vivemos. Isto não quer dizer que o artístico não possa ser um território desobediente dela própria, resistindo a esta instrumentalização da arte ao serviço do capitalismo”*. Mas para ser um *“espaço de desobediência e de uma ação para além do gueto dos artistas, precisa de se misturar e implicar com a vida e com as pessoas”*. No percurso do Identidades houve sempre essa compreensão do território do artístico *“como um território rico de possibilidades de interferência quando ele se dilui, se mistura com a vida. Se dilui no sentido de interferir na própria vida, se mistura e não se isola e se guetiza num território endeusado e salvacionista das imperfeições do mundo”*

Essas imperfeições conduzem-nos, então, a poder pensar o que seria, também, uma educação imperfeita, não sujeita a uma matriz ‘limpa’ e objectiva. Uma educação que percebe que em si mesma é contraditória, ora emancipadora, ora colonizadora e, por essa razão, não pode senão viver na activação de questionamentos que deslocam os sujeitos para espaços bravos e tensionais. Uma educação que cria as fissuras pelas quais desobedece a lógicas de poder hegemónicas (patriarcais, racistas, classistas, heteronormativas, capacitistas) e se vê sempre como incompleta. São essas ressonâncias ou ruídos que José Paiva sublinha do trabalho que o Identidades tem vindo a realizar, entendendo que *“a ação artística é um território por excelência de experimentação do educativo. [...] Entendendo esta presença e esta potência, entende-se perfeitamente o que é que nas escolas artísticas, esta inscrição, pode alcançar na relação para fora de si, porque nós quando nos relacionamos com uma escola de artes visuais, o*

*nosso trabalho com a escola das artes visuais não se circunscreve na sala de aula, mas no bairro de Hulene, ou em Matalana, com as comunidades. Teve sempre este sentido, ou em Cabo Verde, em Lajedos, ou no Brasil, em Conceição das Crioulas, que é uma outra experiência muito particular, por se tratar de uma comunidade onde o ensino faz parte da luta sua política e onde o artístico se foi integrando, nem tem presença o conceito de arte, como o conhecemos”*.

A questão a colocar, então, para cada sujeito no Identidades na relação com essas comunidades é: como se assumem e se apresentam? Como Educadores? Artistas? Investigadores? Companheiros em lutas?

A resposta surge com um dos 3 ‘C’s’: cumplicidade. *“Nós intitulos-nos na procura de uma cumplicidade conjunta, ou que está em construção. Na procura. Porque de facto a cumplicidade é um casamento, ou um emanamento de interesses de iguais. O conceito de cumplicidade é um conceito que vem da ladroagem. Os bandos de ladroagem eram cúmplices, porque se um fosse preso, não denunciava o outro. Havia de facto ali uma cumplicidade dos mesmos. De facto a cumplicidade só existe em profundidade assim. Portanto, nós fazemos uma procura de uma relação de cumplicidade. Esta procura afasta a ideia de solidariedade. Que é um conceito que obscureceu as relações com os países do sul, etc, etc. Essa ideia de solidariedade, e de que vamos agora ajudar, etc. Portanto, nós aqui vamos-nos ajudar a nós próprios, de algum modo, a entender estas complexidades”*.

A conversa não acabou por aqui, mas o cartão da câmara de filmar ficou sem espaço livre. Talvez porque não fizesse sentido acabar uma conversa de um movimento como o Identidades, que continua hoje e continuará, sempre, ao sabor daqueles que por lá forem passando. E já foram dezenas e dezenas de pessoas. Talvez porque não fizesse sentido fixar agora na escrita os desejos de José Paiva para esse futuro. O futuro do Identidades será, inevitavelmente, um futuro *qualquer*, construído a partir da ideia de um *devir\_comum*. O seu presente talvez seja o mais significativo tempo. Tempo de atenção ao mundo e às atrocidades que nele acontecem, tempo de aprender a desuniversalizar, tempo de lentidão, tempo de desobedecer, de luta constante contra o poder opressor, a hegemonia e as diversas formas de colonização, do pensamento ao conhecimento, da arte à educação. Para que possa haver um outro amanhã.

## MODOS DE DIZER: O FAZER ARTÍSTICO-PEDAGÓGICO EM CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS, FERRAMENTAS DO BARRO AO VÍDEO. UM TEXTO FALADO EM RODA DE CONVERSA

AQCC e Crioulas Vídeo<sup>1</sup>

**(preâmbulo)** Eu queria começar essa fala dizendo como é importante a gente refletir o lugar onde as colonialidades se manifestam. E aqui, no Brasil, o quanto nós estamos vivendo um momento duro de recrudescimento do racismo, do patriarcado... Mas sobretudo do racismo. Eu acho que a pauta racial nunca foi tão gritante e necessária de ser debatida como agora. Porque ser racista no Brasil hoje é, no mínimo, se declarar racista; no mínimo, leva uma pessoa a ser ministro, a ser deputado federal, ser deputado estadual, na pior das hipóteses; na melhor das hipóteses, ele vira presidente da república, que é o que nós estamos vivendo agora. Então eu queria começar falando do quanto *a dominação é uma teia*, um tecido, e não é fácil a gente romper com ela, por ela estar muito introjetada. Esta é uma reflexão sobre colonialidade e contracolonialidade **(Givânia Silva)**.

**(introdução)** Esse texto nasce de diálogos fundamentais entre a política e a arte, entre a arte e a educação, entre culturas que, separadas não apenas por um oceano, decidem se (re)encontrar e assim lidar com os prazeres e as alegrias, mas também com as tensões e desconfiças inerentes a este encontro — que é, pela sua natureza, histórico. Além do mais, é um texto que se origina, literalmente, de conversas ocorridas neste último mês de junho, entre a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas (nas vozes de Givânia, Márcia, Zélia, Lourdinha, Valdeci, Fabiana, Kêka, Lena, Fábria, Moisés

1 Participaram desta roda de conversa integrantes da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC) e do Crioulas Vídeo: Adalmir José da Silva, Fábria

de Oliveira, Fabiana Ana da Silva, Givânia Silva, Jocicleide Valdeci de Oliveira (Kêka), Jocilene Valdeci de Oliveira (Lena), Maria de Lourdes (Lourdinha), Márcia Nascimento,

Hiêgo Moisés, Valdeci Oliveira e Maria Zélia de Oliveira.